

A CRIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CABO VERDE: Uma Análise Conjuntural

Oziel Duarte Moraes

mestreoziel@gmail.com

Doutorado em Política e Administração de Sistemas Educacionais
UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/BRASIL

Nélida Maria Lima Brito da Graça Moraes

nelidamoraes@gmail.com

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE CABO VERDE

RESUMO

Após sua Independência em 1975, Cabo Verde inicia um processo de consolidação como estado independente e um dos caminhos que ele trilha, na busca deste objetivo é o da educação. Nas últimas três décadas o país busca a consolidação do seu sistema educativo e, especialmente, na pós-vida do milênio, ou seja, nas duas últimas décadas, ele canaliza seu maior esforço no ensino superior, e este trabalho procura entender este pouco mais de uma década (2001-2016) de ensino superior no nacional, com foco específico na Pós-graduação. Depois de uma década de Ensino Superior em Cabo Verde, foram criados alguns cursos de Pós-graduação, a maioria por meio de cooperação e parcerias com universidades de outros países, essencialmente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Assim, através de uma análise conjuntural, busca-se compreender a criação e a efetivação da política de Pós-graduação, a criação de novos cursos, sua preponderância neste subsistema educativo frente às demandas sociais e de mercado, carece de uma análise, compreensão e acima de tudo observar seus resultados, quando se objetiva um Ensino Superior de qualidade. Entender como a conjuntura nacional influenciou o estabelecimento da política de Pós-graduação em Cabo Verde. A maioria das instituições de Ensino Superior (IES) já possuem cursos de mestrado e doutorado, e algumas especializações. Muitas delas já formaram seus primeiros diplomados, e continuam criando novos cursos nas mais diversas áreas. Nada melhor que entender e conhecer os atores envolvidos, as relações de forças e principalmente a conjuntura do país e como ela motiva ou condiciona as políticas de Pós-Graduação nacional, suas conquistas, desafios e necessidades.

Palavras-Chave: Pós-Graduação, Políticas Educacionais, Análise de Conjuntura.

Introdução

A partir do momento que Cabo Verde se torna país independente, é natural que o desejo de se consolidar como país independente passa a ser o objetivo e meta do governo. Para isso eram necessárias medidas cabíveis e sábias na busca deste objetivo, de maneira a não comprometer o projeto, mas também de modo a chamar a atenção dos potenciais aliados internacionais.

Pela sua localização estratégica na rota dos quatro continentes, bem no centro do oceano atlântico, sua boa tradição e condição marítima aliada à postura da neutralidade diante dos conflitos mundiais daquele momento, rendeu a Cabo Verde bons parceiros internacionais, que se tornam colaboradores e investidores no seu desenvolvimento. Entendendo ser a educação o caminho para o desenvolvimento de qualquer nação, então na situação que Cabo Verde se encontrava o melhor a se fazer era investir neste setor de capacitação e desenvolvimento intelectual e cultural.

A aposta de Cabo Verde desde muito cedo foi na cooperação internacional, e segundo o Diretor Geral do Ensino Superior Arnaldo Brito (2011), o país recebeu muita contribuição neste sentido:

A contribuição é grande, extremamente grande se nós olharmos para Cabo Verde como um país que está a desenvolver, e se encontra num momento muito interessante, este nível de desenvolvimento que nós encontramos é produto do trabalho dos técnicos e quadros cabo-verdianos de uma forma geral, mas sobretudo da construção de uma capacidade que se criou para pensar, conceber e fazer mudar. Nisto tudo o Brasil tem uma grande contribuição ao colaborar com Cabo Verde na formação dos seus quadros (BRITO, 2011, apud MORAIS, 2014, p. 147).

Por três décadas então é esta a experiência e a vivência de Cabo Verde, com ensino superior, por meio da cooperação com países que possuem vasta experiência no campo do ensino superior e sem custos, formava-se a maioria dos alunos cabo-verdianos fora do país, e uma minoria de alunos se formava a nível nacional nos poucos institutos públicos existentes no país, ligados ao mar ou à agropecuária. Nem sempre o ‘retorno de cérebros’ ao final da formação no exterior era possível, mas na maioria dos casos se logrou êxito, e Cabo Verde pode formar seus quadros e motivá-los a regressar e contribuir no desenvolvimento do país, segundo Paulino Monteiro (2016).

Na virada do milênio colocou se o foco no ensino superior e atualmente o país tem condição de ter o seu próprio ensino superior, fruto da formação sem custo dos seus quadros, e por ter convencido os seus parceiros, e aproveitado da melhor maneira todo o investimento. Com isso, não só conseguiu seguir a rota do desenvolvimento, criar e buscar

a consolidação do seu sistema de ensino superior e também conservar e dinâmica da cooperação com seus parceiros internacionais em todas as áreas.

Depois de uma década de experiência no ensino superior, vai se tentando criar um modelo para este subsistema de ensino, capaz de responder à demanda nacional, e aos desafios de diversas ordens, especialmente com relação à Pós-graduação.

A Gênese da Pós-Graduação em Cabo Verde

No entender dos atores e técnicos educacionais em Cabo Verde, a criação da Universidade de Cabo Verde, figuras centrais na discussão e concepção da Pós-graduação, deu-se no tempo certo, pois estava-se a criar uma universidade, e esta se baseia em três pilares: o ensino, a investigação e a extensão universitária. Para ter investigação é necessário capacitar quadros nacionais (mestres e doutores), que podem ser pessoas que estejam trabalhando, ou pessoas que se licenciaram e querem aprofundar os seus conhecimentos. Essa era a ideia dominante e justificativa da maioria dos atores, especialmente os ligados à academia, para a criação da Pós-graduação nacional (VICTÓRIA, 2016).

Neste cenário do processo da criação da Pós-Graduação nacional muitos são os atores nacionais e internacionais que se posicionaram e participaram da construção deste enredo com suas manifestações, propostas e ideias: a) alunos e docentes das IES; b) grupos sociais (famílias e associações de pais e encarregados de educação); c) comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde; d) instituições e organismos públicos e privados nacionais (ministério da educação); e) países e universidades parceiras.

Vários atores, tanto do governo, comissão instaladora da Universidade de Cabo Verde, parceiros internacionais, e docentes e professores de mobilidade participaram e discutiram sobre aquele momento crucial na história do ensino superior nacional. Quando na altura se criou a comissão instaladora, o governo, então nesse caso, foi responsável, ainda que indireto, por esta opção, pois deu à comissão a responsabilidade de pensar e conceber a universidade pública nacional, dentro daquilo que entendiam ser o melhor, e isso incluía pensar a Pós-Graduação nacional.

Embora não fossem muitos os grupos diretamente ligados e intervenientes na discussão da Pós-Graduação, em Cabo Verde, os vários grupos sociais que se formaram e se agruparam, a partir dos jogos de interesse, vão para arena do debate defender suas ideias e propor seus programas ou soluções para a situação da Pós-Graduação nacional:

Utilizando uma linguagem militar, Antônio Gramsci (1891-1937) usou os termos “guerra de posição” para definir a tática e as ações empreendidas na conjuntura e “guerra de movimento” para definir a estratégia e as ações empreendidas nos momentos de revolução estrutural. Na guerra de posição os atores sociais adotam a tática de resistência, acumulação de forças e conquistas parciais no jogo de poder, enquanto na guerra de movimento, os atores sociais adotam uma estratégia de ataque frontal e tomada de poder. (ALVES, 2008, p. 7).

É neste cenário de demandas e intervenções das várias forças que o Ministério da Educação ao nomear ou criar a Comissão Instaladora da Pós-Graduação propiciou a oportunidade de refletir e propor caminhos, pois é no quadro da comissão que se discute tudo isso em última instância e mais intensivamente, depois disso propôs ao governo algumas soluções. Não se pode considerar que a concepção ou ideia da Pós-graduação fosse algo que viesse como decreto do governo, mas de forma interativa eventualmente.

No entender destes que participaram do processo da criação da Pós-graduação em Cabo Verde, embora a universidade pioneira tinha oficialmente um ano de existência, já tinha reunido todas as condições para criar seus primeiros cursos de Pós-graduação, já que havia acumulado experiência de décadas das IES que se uniram para dar vida à universidade pública de Cabo Verde, e contava com forte parceria e cooperação com universidades estrangeiras que tinham sido colaboradoras em cursos de graduação.

Este primeiro momento é mais sensível, mas de modo algum duvidoso, pois a universidade entendia ter cumprido a primeira missão, a criação de cursos de ensino superior, e em fase de consolidação da extensão universitária, agora faltava cumprir a segunda missão, o desenvolvimento da investigação, através da criação dos cursos de mestrado e doutorado.

A força de maior influência e decisão foi a Comissão Instaladora, e segundo o Presidente da Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde António Correia e Silva (2016) não foi tarefa fácil:

Na sociedade houve alguma resistência de outras instituições e organismos, algumas críticas que nós ouvíamos eram muito mordazes, ácidas mesmo, do tipo, uma universidade que começa pelo topo, uma casa que começa pelo teto, pela Pós-graduação, e havia uma tentativa de ridicularizar essa missão como qualquer coisa de inconsequente, mas aí achávamos que o chão era a Pós-graduação e não o teto, isto é, a pós-graduação, eu costumava dizer então como reitor que a pós-graduação é o lugar onde a universidade se auto constitui (CORREIA E SILVA, 2016).

Portanto, as propostas da Comissão Instaladora eram claras, o que se propunha era reforçar o ensino superior em Cabo Verde e permitir a especialização dos quadros nacionais em determinadas áreas. No sentido de potenciar o ensino e a investigação

através de recursos da própria universidade nacional e sempre que possível com apoio dos parceiros.

Até então a oferta sempre foi de oferecer bolsas e abrir suas universidades para alunos Cabo-verdianos estudarem lá fora, assim como aconteceu no processo de criação dos cursos de graduação. Quando chegou o momento de investir na Pós-graduação Cabo Verde inverte a lógica e aceita receber a ajuda dos parceiros, mas desta vez não pelo fluxo tradicional, em vez de financiar saída de alunos, a cooperação financeira a vinda do corpo docente e a Pós-Graduação seria oferecida no próprio país.

Não eram propostas que surgiam aqui em Cabo Verde, algumas, mas a maior parte dos projetos iniciais até eram propostas que vinha de fora. Nós tínhamos universidades que nos propunham as pós-graduações e vinham cá implementá-las, nós funcionávamos inicialmente quase que como “Barriga de Aluguel” uma boa parte dos cursos, mas depois nós começamos a criar iniciativas próprias também e começamos a desenvolver cursos que partiam da iniciativa da própria universidade... Então uma das apostas que se fez foi começar a fazer pós-graduações em Cabo Verde permitindo os quadros das universidades se formarem em Cabo Verde e adquirirem o grau de doutoramento em Cabo Verde, com a mesma qualidade oferecida lá fora, mas sem os custos associados a uma deslocação a uma mobilidade internacional (NASCIMENTO, 2016).

Esta ideia embora a princípio parecesse um “Ovo do Colombo”, agradou aos interessados, que além de não gastar com o financiamento da Pós-graduação, criaria a custo zero a Pós-graduação no país com a qualidade dos cursos oferecidos lá fora, sem que se corresse o risco de vivenciarem a fuga de cérebros, quando formado no país.

Contudo, não está fora do tempo o que aconteceu com outros níveis de ensino em Cabo Verde, por exemplo, o ensino fundamental, básico e secundário e graduação foram priorizados e receberam investimentos prioritários em uma década respectivamente. Assim, a Pós-graduação também está nesta mesma sequência, ao ser pensada e projetada não mais que uma década depois do nível inferior ser concretizado efetiva e definitivamente:

Pelas circunstâncias e avanços rápidos que teve o ensino superior em Cabo Verde não havia como a legislação da Pós-graduação vir antes. A liberdade acadêmica ela está consagrada no Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior. Quem faz as propostas dos cursos de pós-graduação são as universidades, o governo em algum momento impulsiona, quando tem conveniência numa área ou tipo de curso subsidia, impulsiona e pode trazer parceiros, investe em laboratórios, facilitando, mas a iniciativa da Pós-graduação é da instituição, é claro que a acreditação de um curso passa pelos critérios que o governo põe em lei: a relevância do curso, laboratórios, corpo docente, etc, isso é outra coisa, mas a iniciativa da apresentação da proposta é da academia (CORREIA E SILVA, 2016).

A Pós-graduação na verdade segue a mesma linha e metodologias da criação e efetivação da graduação, basicamente os mesmos modelos, parcerias e financiamentos. Assim o cenário educativo na virada do milênio não sofre alterações dignas de atenção, pois segue o seu curso linear e simplesmente fez “upgrades” necessários e de maneira a responder positivamente as demandas nacionais, as oportunidades e capacidades já adquiridas. Ou seja, no momento da criação da Pós-Graduação, o fluxo é no mesmo sentido das experiências anteriores.

O primeiro curso de pós-graduação criado em Cabo Verde foi em 1997, a Pós-graduação era em Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências Humanas, foi um projeto totalmente financiado pela cooperação austríaca e desenvolvido pelo Instituto Superior de Educação (ISE) na altura. O projeto tinha como objetivo principal a capacitação de professores da Universidade de Cabo Verde, mas para as outras instituições do setor público no que diz respeito aos métodos de investigação, precisamente já com a ideia de criar capital humano para o desenvolvimento do ensino superior e concretamente, já com vistas ao surgimento das universidades em Cabo Verde.

Esta foi a primeira iniciativa ou tentativa de Pós-graduação em Cabo Verde. Contudo ao final do curso, os alunos não obtiveram o grau por parte do Ministério da Educação, pois ainda não havia legislação para este nível de ensino superior no país.

Como já referido, as primeiras pós-graduações credenciadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação, foram motivadas principalmente pela necessidade da retroalimentação do subsistema de ensino superior, já que antes da Pós-Graduação, a maioria dos docentes neste nível de ensino tinham o grau de licenciatura.

A partir desta necessidade e determinação dos atores e do governo de Cabo Verde, começou se a pensar e articular os primeiros cursos de Pós-graduação em Cabo Verde. Assim surgiram os primeiros projetos e iniciativas nacionais.

Trazíamos os professores, que vinham das universidades parceiras em regime de mobilidade. Professores Portugueses, Brasileiros, Franceses, Espanhóis que vinham a Cabo Verde e ministravam aulas em regime modular e depois regressavam, uma ou outra aula eram por videoconferência, pois pouco tempo depois, instalamos um sistema de videoconferência, isso num quadro de parcerias que nós estabelecemos com essas universidades parceiras. Vinham cá professores estavam cá uma semana, quinze dias um mês dependendo da duração do módulo, da disciplina e voltava. Pelo menos na fase inicial foi assim (MONTEIRO, 2016).

As primeiras Pós-graduações criadas em Cabo Verde surgiram com a Universidade de Cabo Verde em 2007:

Eu lembro neste momento de três pós-graduações: um mestrado em Matemática Aplicada a Engenharia que teve início mais ou menos em 2007, um mestrado em Engenharia Elétrica e Telecomunicações que teve início em 2008, tratando-se de dois cursos que foram fundamentais para a criação de competências para o desenvolvimento de cursos nestas áreas na Universidade de Cabo Verde, porque os atuais professores da universidade alguns deles foram formados através destes dois cursos (NASCIMENTO, 2016).

A Conjuntura Nacional e a Pós-Graduação

Para entender melhor a concepção e a construção da Pós-graduação em Cabo Verde é necessário conhecer a conjuntura nacional, e o posicionamento de Cabo Verde diante destes antecedentes influenciadores e que servem de base, modelo ou diretriz para toda a discussão, e criação das políticas para o ensino superior em Cabo Verde, que coloca como missão das universidades “constituir-se num referencial de qualidade para o ensino superior” (Decreto-Lei nº 11/2009, de 20 de Abril).

Para se entender o processo da criação da Pós-graduação em Cabo Verde e como essa questão entrou nas agendas das instituições, do Ministério da Educação e dos atores sociais, é necessário entender o contexto sócio-político, econômico e educacional do país.

Embora seja um país jovem, Cabo Verde tem feito grandes progressos nestas quatro décadas da sua existência como país independente. É um país em franco crescimento, em todos os setores, mas principalmente no campo da educação, onde a cada década o governo se preocupou em consolidar um nível escolar, cabendo assim, as duas últimas décadas uma atenção especial ao Ensino Superior. Nos últimos anos, as atenções encontram-se voltadas para a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, e conseqüentemente para a investigação, produção científica e extensão universitária.

Não só se nota o grande desenvolvimento na educação, como se deve também a ela o desenvolvimento de todos os demais setores no país, constatação cada vez mais comprovada no decorrer dos anos. Compensando todo esforço e atenção ao setor educativo, umas das áreas com maior investimento, atenção esta que precisa ser ainda dividida com outros setores como a saúde, a agricultura, as comunicações e o turismo, essenciais para garantir a vitalidade da economia, conforme consta no Relatório do Estado do Sistema Educativo (MED, 2011).

Os indicadores educacionais também são importantes para a compreensão do desenvolvimento e conjuntura nacional. A educação é um pilar importante na sustentabilidade e crescimento da economia cabo-verdiana. Desde a independência em

1975, os governos têm avidado esforços para alcançar o “caso de sucesso na África subsaariana” quanto aos indicadores da educação.

Com o desafio das Nações Unidas, Cabo Verde tem buscado cumprir todos os Objetivos do Milênio nesta área, e o país tem alcançado progressivamente alguns destes objetivos. A população é mais instruída, desde 2010 é notável a redução nos números daqueles que nunca foram á escola, em cerca de 4,6%, colocando o percentual abaixo dos dois dígitos. Outros indicadores mostram que a população a frequentar o ensino básico aumentou 3,3 pontos percentuais, e no ensino secundário e superior, com aumentos de 7,6 e 3,7 pontos percentuais de 2010 a 2014, respectivamente (INE, 2015).

A proliferação de instituições de ensino superior privadas e o desenvolvimento da universidade pública impuseram ao governo um esforço de regulação que se traduziu, recentemente, na promulgação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) – Decreto-Lei nº 20, de 19 de Julho de 2012 e do Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior – Decreto-Lei nº 22, de 7 de Agosto de 2012.

O sistema de ensino superior em Cabo Verde, sempre priorizou a formação de quadros e não uma política de mercado e de lucro. Contudo, com as novas tendências internacionais e das imposições do mercado e, principalmente, das iniciativas privadas esta política tende a mudar de direção. A estrutura acadêmica e administrativa das universidades, centros universitários e faculdades privadas passaram a ser gerenciadas na perspectiva do lucro e por uma acentuada mudança na concepção da missão das IES e de suas principais responsabilidades: formação de quadros, produção do conhecimento, elaboração do projeto político-pedagógico soberano de nação e desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

As universidades existentes em Cabo Verde já tinham alguma experiência em cursos de licenciatura e bacharéis, mas sem dúvida que a criação de cursos de Pós-graduação trouxe uma nova credibilidade às instituições:

Com a criação da Pós-graduação as instituições ganham muito prestígio social, uma vez que existia toda uma classe de gestores profissionais que tinha que sair de Cabo Verde para continuar os estudos para responder as necessidades de especialização que a economia e a sociedade iam tendo, portanto não havia uma oferta cá dentro que satisfizesse essa procura pela pós-graduação, no fundo que é uma procura pela especialização. Quando as universidades começam a abrir há todo uma classe de juizes, de professores, de enfermeiros, de profissionais que aderiram a universidade, à Pós-graduação (CORREIA E SILVA, 2016).

Futuro da Pós-Graduação em Cabo Verde

O surgimento da Pós-graduação no sistema educativo superior em Cabo Verde, não representa uma estabilidade ou consolidação dos graus de níveis inferiores, mas com condições mínimas e necessárias para uma aposta na melhoria deste sistema e na resposta as demandas nacionais.

Falar de ensino superior e principalmente, ensino superior de qualidade não é tarefa fácil em qualquer contexto, pois não há uma medida pré-estabelecida para avaliar a qualidade deste subsistema, por isso, em Cabo Verde a preocupação está relacionada com a estrutura, oferta de cursos, sucesso e insucesso, o envolvimento com a pesquisa e, principalmente, pela qualificação do corpo docente das instituições.

Pelos novos paradigmas mundiais, a qualidade através do desempenho de aprendizagem dos alunos, é a forma mais segura de avaliar a qualidade do ensino:

Infelizmente, ainda não existe uma metodologia para avaliar os resultados da aprendizagem no ensino superior. Por esse motivo, a avaliação da qualidade do ensino superior de Cabo Verde vai concentrar-se necessariamente em vários indicadores de insumo e na revisão dos mecanismos atualmente em vigor do controlo de qualidade (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 14).

Outro fator que contribuirá para a boa qualidade do ensino superior e conseqüentemente a Pós-graduação em Cabo Verde, conforme sinaliza o Documento do Banco Mundial, seria a boa preparação dos docentes, especialmente doutores, quer sejam no país ou no exterior:

Por esta razão, a avaliação atual da qualidade do sistema do ensino superior de Cabo Verde vai reconhecendo muito embora as suas limitações, focalizar-se necessariamente nesses indicadores de insumos e depois serão revistos os mecanismos atualmente em vigor para o controle de qualidade e o monitoramento [...] A consciência da necessidade de promover a qualidade do ensino e aprendizagem através da formação do pessoal docente, concentrando-se no desenvolvimento de competências académicas dos professores, está a crescer em Cabo Verde (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 54 e 60).

Dado o rápido crescimento que tem se presenciado no ensino superior em Cabo Verde, os desafios de gerir algo novo, tem feito com que pouca atenção seja dada a estes princípios de avaliação periódica de desempenho e promoção.

Outra questão preponderante e essencial à qualidade da Pós-graduação em Cabo Verde é a capacidade de pesquisa local, que é praticamente inexistente. “A política de investigação nacional ainda não está devidamente formulada. O financiamento da investigação é modesto, a pesquisa é o resultado da iniciativa individual em vez de

iniciativas institucionais e os resultados da investigação são, portanto, insuficientes” (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 65).

Conclusão

A modo de conclusão acredita-se que Cabo Verde já fez um longo caminho, e se perspectiva dias melhores para o ensino superior nacional, em especial, na Pós-graduação. Apesar das grandes conquistas, boas parcerias e criação de muitos cursos de Pós-graduação, é necessária uma expansão maior das ofertas cobrindo áreas ainda deficientes ou inexistentes, cursos genuinamente cabo-verdianos, especialmente no nível de doutorado.

A investigação e produção científica ainda é muito deficiente e em algumas áreas do conhecimento inexistentes, a criação de meios de promoção e divulgação da produção científica e conferências, fóruns e seminários que promovem a troca de experiências e conhecimento.

Atualmente a maioria dos cursos de Pós-graduações, com algumas exceções são iniciativas próprias, para aqueles que não são de iniciativa própria, neste momento têm uma participação muito forte da universidade, ou seja, mesmo que a ideia tenha surgido fora, a montagem do projeto e a execução são feitos com uma participação muito forte da universidade. (CORREIA E SILVA, 2016).

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. Análise de conjuntura: teoria e método. IBGE, 2008.

BANCO MUNDIAL. Construindo o Futuro: Como é que o Ensino Superior Pode Contribuir Para a Agenda de Transformação Económica e Social de Cabo Verde. Um Estudo do Banco Mundial, 2012. Disponível em: <http://www.dgesc.gov.cv/index.php/ensino-superior-de-cv/estudos-sobre-es-de-cv/send/10-estudos-sobre-es-em-cv/1-estudo-sobre-ensino-superior-cabo-verdiano>.

Acesso em 03/09/2015.

MED. Relatório do Estado do Sistema Educativo (Dezembro 2011).

MORAIS, Oziel D. INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: a cooperação bilateral entre Brasil e Cabo Verde no Ensino Superior. Editora CRV, Curitiba, 2014.

Decreto-Lei nº 20, de 19 de Julho de 2012.

Decreto-Lei nº 11/2009, de 20 de Abril.

Entrevistas

BRITO, Arnaldo. Diretor Geral do Ensino Superior. Agosto de 2010.

CORREIA E SILVA. Ministro do Ensino Superior. Outubro de 2016.

MONTEIRO, Paulino. Departamento de Planejamento e Estatística UNI-CV. Julho de 2016.

NASCIMENTO, Judite. Reitora da Uni-CV. Outubro de 2016.

VICTÓRIA, Sonia. Coordenadora da Pós-Graduação da Uni-CV. Julho de 2016.